



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

JOÃO PAULO DOS SANTOS VIEIRA

**DO LIXÃO DA ESTRUTURAL AOS CENTROS DE TRIAGEM
DE RESÍDUOS: O ponto de vista dos catadores de materiais
recicláveis após o fechamento do lixão**

Brasília – DF

2019

FICHA CATALÓGRAFICA

Vieira, João Paulo dos Santos.

DO LIXÃO DA ESTRUTURAL AOS CENTROS DE TRIAGEM DE RESÍDUOS: O ponto de vista dos catadores de materiais recicláveis após o fechamento do lixão / João Paulo dos Santos Vieira, Brasília - DF: Universidade de Brasília, Orientador: Prof. Tales Ramos Monteiro dos Santos. 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Especialização em Gestão Pública Municipal – Brasília - DF, Universidade de Brasília, 2019.

Bibliografia.

1. Catadores. 2. Política de Resíduos Sólidos. 3. Coleta Seletiva.

Universidade de Brasília – UnB

Reitora:

Prof^ª. Dr^ª. Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Enrique Huelva

Decana de Pós-Graduação:

Prof^ª. Dr^ª. Helena Eri Shimizu

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão
Pública:**

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

Chefe do Departamento de Administração:

Prof. Dr. José Márcio Carvalho

Coordenador do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Prof^ª. Dr^ª. Fátima de Souza Freire

JOÃO PAULO DOS SANTOS VIEIRA

**DO LIXÃO DA ESTRUTURAL AOS CENTROS DE TRIAGEM
DE RESÍDUOS: O ponto de vista dos catadores de materiais
recicláveis após o fechamento do lixão**

Monografia apresentada ao Departamento de
Administração como requisito parcial à
obtenção do certificado de especialista (*lato
sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Professor (a) Orientador (a): Esp. Tales
Ramos Monteiro dos Santos.

Anápolis – GO

2019

JOÃO PAULO DOS SANTOS VIEIRA

**DO LIXÃO DA ESTRUTURAL AOS CENTROS DE TRIAGEM
DE RESÍDUOS: O ponto de vista dos catadores de materiais
recicláveis após o fechamento do lixão**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

João Paulo dos Santos Vieira

Esp. Tales Ramos Monteiro dos Santos.

Professor-Orientador

MSc. Sorniza Correa Marques,
Professora-Examinadora

Anápolis - GO, 27 de abril de 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, a Deus pelas bênçãos e vitórias que me tem concedido. Agradeço a minha esposa Rafaela, e à família, por todo apoio e compreensão que em mim depositaram. Agradeço, também, aos meus amigos e colegas que, de alguma forma, contribuíram para o meu desenvolvimento e elaboração deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar a percepção dos catadores de materiais recicláveis acerca das suas condições de trabalho, bem como das suas perspectivas de vida, após o fechamento do Lixão da Estrutural, e a construção dos Centros de Triagem de Resíduos. A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, com aplicação de entrevistas com os catadores que laboram no Centro de Triagem de Resíduos do Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte - SAAN. A pesquisa mostrou que a política pública de desativação do Lixão da Estrutural, em parte, alcançou o seu objetivo, na medida em que viabilizou o descarte correto do lixo no Aterro Sanitário de Brasília. Porém, considerando que a coleta seletiva não é efetiva no Distrito Federal, a quantidade de resíduos que chega aos centros não é suficiente para que os catadores possam ter retorno financeiro razoável para manter a sua subsistência e de sua família. Assim, conclui-se que há muito a ser feito quanto à inclusão social e econômica dos catadores, grupo ainda estigmatizado pelo trabalho que desenvolve.

Palavras-chave: Catadores, Política de Resíduos Sólidos, Coleta Seletiva.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	REVISÃO TEÓRICA	4
2.1	Da Política Nacional de Resíduos Sólidos	4
2.2	Da desativação do Lixão da Estrutural.....	6
2.3	Da realidade social e econômica dos catadores de materiais recicláveis.....	8
2.4	Da dificuldade de incorporação dos catadores ao mercado de trabalho.....	12
2.4.1	Dos Centros de Triagens e Resíduos - CTRs	13
2.4.2	Da Coleta Seletiva.....	15
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	18
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
4.1	O ponto de vista dos catadores de materiais recicláveis após o fechamento do lixão	19
5	CONCLUSÃO	26
	REFERÊNCIA	28
	APÊNDICES.....	31
	Apêndice A –Roteiro de Entrevista	31

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, ao longo das últimas décadas, passou por diversas transformações, principalmente após o crescimento industrial, mudanças que significaram uma urbanização acelerada, ou seja, as grandes cidades e metrópoles passaram a ter um grande contingente populacional e, conseqüentemente, passaram a produzir mais resíduos sólidos.

Hoje, os resíduos sólidos representam um problema para as grandes cidades, e intensificam os problemas ambientais. No atual panorama da devastação dos recursos naturais, a conservação do meio ambiente é ação fundamental.

Nessa nova realidade, e por ser o Brasil um país que abriga a maior biodiversidade do planeta, conforme dados extraídos do sítio do Ministério do Meio Ambiente, a Constituinte de 1988 introduziu no nosso ordenamento pátrio a proteção ao meio ambiente, expressamente no artigo 225¹, com o *status* de direito fundamental.

O meio ambiente ecologicamente equilibrado passou a ter outra particularidade, qual seja, de ser bem de uso comum do povo, que denota a ideia de que não é apenas um grupo ou classe ao qual é direcionado seu uso e proteção, mas sim, um bem dirigido a todos.

Outro importante espaço preenchido, quanto à proteção do meio ambiente, foi a instituição da Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecida pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e a Política Nacional de Resíduos Sólidos– PNRS, pela Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010, esta última de suma importância, pois estabelece que os rejeitos² só podem ser dispostos em aterros sanitários e, no que diz respeito à forma de proteção e responsabilidade, incluiu tanto ao poder público como à sociedade o dever de defendê-lo e preservá-lo.

A preocupação do legislador não poderia ser diferente, principalmente na elaboração da PNRS que se tornou um instrumento importantíssimo na luta para a preservação do meio ambiente.

¹ todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

² rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

Ademais, as legislações fizeram com que todos os entes da federação buscassem medidas para encerrar as atividades em locais irregulares de disposição de resíduos sólidos – os lixões³ – e viabilizar que essa atividade fosse realizada em local adequado, a fim de cumprir todas as exigências normativas pertinentes.

No âmbito do Distrito Federal– DF, o cumprimento das normas se deu com a desativação do Lixão da Estrutural, o 2º maior do mundo, com o fim de implantar o descarte correto do lixo no Distrito Federal, depois de quase 60 anos em atividade.

Entretanto, para realizar o fechamento do Lixão da Estrutural, o Governo do Distrito Federal teve que realizar diversas ações, tais como: a construção dos Centros de Triagens de Resíduos – CTRs; a inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis; o planejamento de transição do aterramento de rejeitos para o Aterro Sanitário de Brasília; e a manutenção dos ganhos econômicos das milhares de pessoas que laboravam no lixão, como catadores de materiais recicláveis que, diante da necessidade imediata, realizavam a atividade de catação como meio de sobrevivência naquele local de forma degradante e desumana.

Nesse contexto, surgem os catadores de materiais recicláveis que, mesmo estigmatizados pela sociedade, realizam, através de seu trabalho de catação, a transformação do meio ambiente, minimizando os problemas dos resíduos sólidos nos grandes centros urbanos, além do próprio lixo, que acaba por se tornar produto com amplo potencial econômico.

Assim, a política pública a ser tratada neste trabalho, tem como esboço a análise do projeto de desativação do Lixão da Estrutural, em razão da sua potencialidade de resolução de problemas atinentes à gestão dos resíduos sólidos, coleta seletiva e também problemas relacionados à inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis, problemas com múltiplos resultados e desafios, principalmente relacionados à inclusão social dos catadores.

Desse modo, o trabalho teve como objetivo geral analisar a percepção dos catadores de materiais recicláveis acerca das suas condições de trabalho, bem como suas perspectivas de vida após o fechamento do lixão e a construção dos Centros de Triagem de Resíduos.

Para alcançar o fim proposto, a pesquisa tem como objetivos específicos: analisar se houve a incorporação dos catadores ao mercado de trabalho após o fechamento do lixão;

³O lixão é a forma inadequada de dispor os resíduos sólidos urbanos sobre o solo, sem nenhuma impermeabilização, sem sistema de drenagem de lixiviados e de gases e sem cobertura diária do lixo, causando impactos à saúde pública e ao meio ambiente.

verificar como se deu a construção dos centros de triagem; apontar se houver a capacitação profissional dos catadores e a concessão de benefícios; e identificar quais foram as ações do poder público para a inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis.

Igualmente, considerando os objetivos e o estudo a que se propôs, a presente pesquisa se justifica em razão da necessidade de promoção e integração de ações voltadas à inclusão social e à emancipação econômica dos catadores de materiais recicláveis, após o fechamento do lixão, haja vista que a cadeia da reciclagem é bem complexa, o que torna extremamente difícil o estabelecimento dos catadores no mercado de trabalho, por sofrerem de uma infinidade de carências sociais e econômicas, e por constituírem a parte mais frágil desta cadeia.

Neste contexto, Galdino e Malysz (2012) comentam que no processo de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos fica evidente a necessidade de avaliar o papel dos indivíduos que trabalham diretamente na coleta dos resíduos, sobretudo quanto às situações socioeconômica e socioambiental.

Isso porque, os catadores são uma parcela da sociedade com adjetivos intrínsecos sob diferentes aspectos, o que acaba tornando-os invisíveis, marginalizados, excluídos e vulneráveis e, por mais contrário que possa parecer, são eles que exercem a atividade de catação sem garantias, mas essenciais para o desenvolvimento socioambiental das cidades brasileiras.

Logo, entende-se que esse trabalho pode contribuir para o estabelecimento de programas e políticas públicas mais adequadas com vistas à inclusão social do catador, conforme estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a fim de garantir aos catadores um sentimento de pertencimento, de aceitação de seu trabalho e de reconhecimento social, capazes de fazer com que eles se percebam como forças importantes na construção da sociedade.

Assim, a temática escolhida é de grande relevância para garantir uma política de desenvolvimento socioambiental do Distrito Federal, especialmente porque tem como escopo assegurar um meio ambiente ecologicamente equilibrado para todos. Ademais, é notória a importância desse tema para o Estado, sociedade civil e as pessoas como consumidores contumazes, devido à necessidade de expansão da consciência coletiva em relação ao correto descarte do lixo.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 Da Política Nacional de Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS se tornou no Brasil um importante instrumento de proteção do meio ambiente, ante a extensão do país, a quantidade de municípios (5.570⁴ - cinco mil, quinhentos e setenta), e para o reconhecimento de milhares de pessoas que laboram com o lixo, como os catadores.

Os resíduos sólidos são conceituados pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, como:

material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível; (BRASIL, 2010)

A PNRS trouxe diversas inovações relacionadas ao manejo correto dos resíduos sólidos, para tanto, estabeleceu o objetivo da responsabilidade compartilhada por ciclo da vida do produto, previsto nos incisos I e XVII do art. 3º da Lei nº 12.305/2010, que determinam a responsabilidade pela política de resíduos sólidos ser de todos os atores envolvidos no processo de produção dos resíduos: fabricante; importador; distribuidor; comerciantes; consumidores; dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos; catadores e poder público.

Aqui, conforme se extrai da PNRS, há a necessidade de cooperação entre os diversos atores para a sua implantação. Os governos federais, estaduais e municipais são os responsáveis primários pela política pública de preservação do meio ambiente, que neste cenário tem como problema a destinação dos resíduos sólidos.

Segundo Joe Valle (2011), o problema com a destinação dos resíduos sólidos fica evidenciado pelo fato que:

historicamente há um descaso com o tratamento dos resíduos sólidos, desde a coleta até a deposição, no Brasil. E no Distrito Federal a situação não foge à regra. Tem-se, por outro lado, interpretado como “fatalidade” ou “tragédia” algumas das consequências desse descaso: alagamentos, inundações, condições desumanas de

⁴ Fonte: IBGE. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>, acesso em 06/04/2019.

sobrevivência dos catadores. Os efeitos indiretos também parecem ser ignorados, apesar de significativos: vetores de doenças, doenças decorrentes de alimentação e do contato dos catadores com os resíduos, entre outros. Esses efeitos diretos e indiretos têm gerado enormes dispêndios financeiros, sociais e emocionais, sem falar, nos imensos problemas ambientais, tais como poluição por “chorume”, poluição de águas, cheiro, uso desregrado de recursos ambientais, para mencionar os mais importantes. (Joe Valle, 2011, p. 25)

Nesse contexto de inclusão entre os diversos atores, a PNRS traz dois pontos importantes em relação aos catadores, previstos no inciso VIII do art. 6º, o reconhecimento dos resíduos sólidos como insumos de valor econômico e social, gerador de trabalho e renda, e a inclusão dos catadores nas ações que envolvem a responsabilidade compartilhada pelo ciclo da vida dos produtos, prevista no inciso XII do art. 7º.

Ademais, a PNRS propõe como instrumento para a consolidação do plano, no que tange ao objeto de estudo deste trabalho, a coleta seletiva, o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, dentre outros, conforme previsão do art. 8º.

Seguindo essa temática de cooperação, o Distrito Federal editou a Lei nº 5.418, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos no âmbito do DF, a qual se destaca o seguinte trecho da justificativa do Deputado Distrital Joe Valle para apresentação do Projeto de Lei nº 555/2011⁵, que deu origem a referida Lei, *in verbis*:

A preocupação com os resíduos sólidos é crescente em todas as sociedades contemporâneas. Desde o cidadão comum até o formulador de políticas públicas, os efeitos negativos e os ambientais dos resíduos sólidos e de sua disposição inadequada são motivos para a busca de alternativas à realidade atual. Em especial nas grandes cidades, o consumo exponencial na busca de satisfação de desejos humanos ilimitados e a corrida do setor produtivo para atendê-lo têm gerado cada vez mais resíduos inerentes à produção e ao consumo. A quantidade de resíduos sólidos tem sido superior à capacidade que o próprio ambiente tem de absorver ou diluir. O acúmulo de resíduos sólidos tem efeitos negativos diretos e indiretos tanto a saúde humana quanto sobre a resiliência do meio ambiente, a exemplo da contaminação dos lençóis freáticos pela deposição do “chorume”, a infestação de ratos e baratas, a coleta de alimentos deteriorados para alimentação de populações economicamente necessitadas, alagamentos, mau cheiro, etc. (Joe Valle, 2011, p. 24)

Ainda, de acordo com Joe Valle (2011):

Outro dado relevante do PNRS diz respeito à presença de catadores nas áreas de disposição final. Eles somavam cerca de 25.000 em 2000, dos quais 22,3% tinha idade até 14 anos de idade. É de se mencionar que além desses, existiam ainda os catadores nas ruas das grandes cidades brasileiras. A maioria das famílias de

⁵Fonte: Câmara Legislativa do Distrito Federal. Disponível em: <http://legislacao.cl.df.gov.br/Legislacao/consultaProposicao-11555120111visualizar.action>. Acesso em 06/03/2019.

catadores vivia (e ainda vive) em situação degradante, alimentando-se de restos descartados no lixo e sobrevivendo economicamente com a venda dos materiais recicláveis coletados. [...]. (Id. p. 24)

Assim, a PNRS combinada com a Política Distrital de Resíduos Sólidos, apresentam como um norte para a resolução dos problemas atinentes: à gestão dos resíduos sólidos; à coleta seletiva; aos impasses relacionados à requalificação das áreas dos lixões; e à inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis, dilemas com múltiplos resultados e desafios, principalmente relacionados à inclusão social dos catadores, que exige uma cooperação mútua.

2.2 Da desativação do Lixão da Estrutural

A Estrutural, localizada na Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento, surgiu em decorrência das ocupações irregulares, perpetradas pelas pessoas com alto grau de vulnerabilidade social em busca de moradias, muitas delas atraídas pelo depósito de lixo, que se instalou naquela região, no início da década de 1960, com o fim de tirar seu sustento daquele local.

No entanto, ante a degradação ambiental, a falta de estrutura e de condições de trabalho, o ambiente insalubre e desumano, o Governo do Distrito Federal, em 2015, apresentou um plano de encerramento das atividades do lixão, com o objetivo de viabilizar o correto descarte do lixo em local ambientalmente adequado, cumprindo todas as exigências normativas legais.

Assim, a política pública de desativação do Lixão da Estrutural tinha como potencial a resolução de problemas atinentes à gestão dos resíduos sólidos e, também, problemas sociais, em meio ao ambiente degradante no qual estavam submetidos a população da Estrutural.

Para tanto, com o fechamento do lixão, houve múltiplos resultados e desafios, principalmente relacionados à inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, que laboravam no Lixão.

Desse modo, frente à imposição legislativa, e com o objetivo de implantar o descarte correto do lixo no Distrito Federal, o Governo, por meio do Decreto nº 36.437 de 02 de abril de 2015, criou um Grupo de Trabalho, composto por 15 órgãos da Administração Pública, sob

a coordenação do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU, com o objetivo de coordenar as diversas ações necessárias ao encerramento do lixão, assim como planejar a transição do aterramento de rejeitos para o Aterro Sanitário de Brasília, localizado entre as Regiões Administrativas de Samambaia e Ceilândia.

O Grupo de Trabalho, coordenado pelo SLU, apresentou o plano de encerramento das atividades do Lixão em 2015⁶, com os seguintes conjuntos de atividades: a) a construção do Aterro Sanitário de Brasília; b) a incorporação dos catadores ao mercado de trabalho de coleta seletiva e de reciclagem; c) a Construção de Centros de Triagem – CTR, para permitir melhores condições de trabalho aos catadores de materiais recicláveis e também aumentar a eficiência da triagem dos materiais; d) a Capacitação profissional dos catadores, a concessão de benefícios e a elaboração de plano de remediação da área do Lixão.

Após a realização de diversas ações pelo Governo do Distrito Federal, no dia 20/01/2018, as portas do aterro controlado do Jóquei, conhecido como Lixão da Estrutural, foram trancadas para o depósito de resíduos sólidos.

Com a conclusão e funcionamento do Aterro Sanitário, a implementação da política pública volta-se à inclusão social dos catadores.

Assim, naquele momento os esforços foram direcionados à construção dos Centros de Triagens e Resíduos – CTRs, que proporcionariam condições dignas e seguras ao trabalho dos catadores de material reciclável.

Ocorre que, com essa transição, outra etapa se iniciaria, qual seja, a necessidade de capacitação profissional dos catadores e a sua inclusão no mercado de trabalho, haja vista que era previsível, com a desativação do lixão, certo prejuízo econômico àqueles catadores que ali exerciam a atividade de catação como meio de subsistência.

Situação constatada pelo Jornal Correio Braziliense, em matéria publicada no dia 18/02/2018, cujo título era: “Após um mês do fechamento do Lixão, catadores vão às ruas atrás de sustento”⁷, muito em razão da falta de material para triagem, advinda da coleta seletiva.

⁶Fonte SLU. Disponível em: http://www.slu.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/plano_transicao.pdf, acesso em 15/12/2018.

⁷Fonte Correio Braziliense. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/02/18/interna_cidadesdf,660543/apos-um-mes-do-fechamento-do-lixao-catadores-vaio-as-ruas-atras-de-sus.shtml. Acesso em 06/04/2019.

Toda essa gama de fatores e situações expõem o universo no qual aqueles catadores estavam inseridos, mostrando a necessidade de que a política pública, por trás da desativação do lixão, deve ser eficiente, ante a realidade social que se encontravam os catadores.

Nesse sentido, Moura, Serrano e Guarnieri (2016) afirmam que, com os fechamentos dos lixões, os catadores ficam à mercê da sociedade, pois são impedidos de exercerem suas atividades naquele local, situação que, segundo as autoras, faz surgir:

(...) a necessidade de integrá-los à cadeia da reciclagem e à logística reversa por meio de iniciativas da coleta seletiva urbana e solidária, que prevê a separação na fonte geradora de resíduos sólidos, destinando todo o material coletado para as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis. Com isso, promove-se a cidadania desses trabalhadores com inclusão social e econômica na geração de emprego e renda. (Moura; Serrano; Guarnieri, 2016, p. 257)

Compactuando com esse entendimento, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (2013), por meio do relatório sobre a “Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Brasil”, aduz que:

O êxito da gestão compartilhada dos resíduos sólidos, conforme preconiza a PNRS, requer das prefeituras municipais o comprometimento com a inclusão social dos catadores, a inserção efetiva destes agentes nos programas de coleta seletiva, além do reconhecimento das externalidades sociais e ambientais da atividade de catação. No entanto, a inserção dos catadores de forma estratégica na implementação de uma política tão complexa e que necessita de um enorme esforço de coordenação, conforme estabelecido na PNRS, não é algo trivial, uma vez que se trata de um campo permeado por muitas tensões, dificuldades e constrangimentos. (Ipea, 2013, p. 37-38)

Assim, observa-se um grande desafio a ser enfrentado pelo poder público distrital, haja vista que as pessoas envolvidas estão inseridas em diversos contextos, anseios e demandas sociais, com particularidades de ordem social e econômica.

2.3 Da realidade social e econômica dos catadores de materiais recicláveis

Segundo o Ipea (2013), os catadores de material reciclável integram um segmento social que surgiu há muitos anos nas cidades brasileiras, o que demonstra que tal fenômeno praticamente acompanhou todo o processo de urbanização no país.

De maneira geral, trata-se de pessoas que encontram nessa atividade a única alternativa possível para realizar a sobrevivência por meio do trabalho, ou pelo menos, aquela

mais viável, no contexto das necessidades imediatas, dadas às restrições que lhes são impostas pelo mercado de trabalho (Ipea, 2013).

Aqui, cabe a interpretação de Cruz-Souza (2011), Klinsberg (2002), citados por Da Silva e Zanin (2017), os quais afirmam que:

A função de catadores de materiais recicláveis surge no Brasil diante de um quadro de extrema pobreza, relativo ao modo capitalista que estabelece relações de desigualdade em face aos padrões de competitividade, que deixa a margem da sociedade um contingente de pessoas que não possuem os requisitos necessários para conquistarem espaço no mercado formal de trabalho. Dessa forma deriva-se o subemprego, as condições precárias de trabalho e o subsequente aumento da violência, criminalidade, dentre outras dificuldades que obrigam a busca de alternativas de sobrevivência digna, em face a esse cenário insustentável. (Cruz-Souza, 2011, Klinsberg, 2002, *apud* Da Silva e Zanin, 2017, p. 9)

Segundo Oliveira, (2011) *apud* Ipea, (2013), essas pessoas, ao se utilizarem da catação do lixo como meio de sobrevivência, acaba por se submeterem à falta de estrutura e às condições adequadas de trabalho, ante o ambiente insalubre e desumano. Historicamente, essa atividade é realizada a partir de relações informais, ou seja, sem registro oficial.

Essa informalidade acaba por restringir o acesso dos catadores a direitos básicos, tais como previdenciários e trabalhistas, concebidos aos trabalhadores formais, além de dificultar o reconhecimento da profissão pelo poder público.

Ademais, a informalidade ainda traz um problema maior para essas pessoas, na medida em que, para conseguirem sua subsistência, se submetem a condições insalubres, sem o devido amparo da previdência, para o caso de acidente ou doença, que lhes impossibilitem de trabalhar por determinado período.

Somando-se a essa fática realidade, os catadores ainda suportam a exclusão social de uma sociedade capitalista, que os enxergam apenas como peças oriundas de um processo de marginalização social. Tal situação, segundo o Ipea (2013), é paradoxal, uma vez que:

(...) Por um lado, são responsáveis pela transformação do lixo em mercadoria de interesse de grandes indústrias, que tanto lhes confere um papel central de um amplo circuito relativo à produção e ao consumo de bens, como caracteriza os catadores como verdadeiros agentes ambientais ao efetuarem um trabalho essencial no controle da limpeza urbana. Por outro lado, estes trabalhadores ocupam uma posição marginal na sociedade, com poucas oportunidades no mercado de trabalho, dadas suas carências em termos de formação profissional, bem como por serem pobres e relegados para espaços geográficos suburbanos e marginalizados, bem como sofrerem diferentes tipos de exclusão no mercado de consumo e na dinâmica das relações sociais. (...). (Ipea, 2013, p. 7)

Esse paradoxo, vivenciado pelos catadores, é o que Medeiros e Macedo (2006, p. 64) denominam de “exclusão por inclusão”, ou seja, ao mesmo tempo em que eles são reconhecidos socialmente pelo trabalho, também são marginalizados pela atividade que exercem, tornando-se seres invisíveis para grande parte da sociedade.

De outro modo, os catadores, no contexto social, embora marginalizados e invisíveis, acabam por serem, tanto ao Estado como à sociedade, uma solução para dois grandes problemas: “o desvio da destinação em lixões e aterros controlados ou sanitários de resíduos recicláveis, e a diminuição da exclusão social, já que, com a catação, esses indivíduos, organizados ou não, invisíveis ou não, encontram uma renda e um lugar na sociedade” (Gonçalves, 2003, *apud* Bastos, 2013, p.83).

Essa situação ambígua, segundo o Ipea (2013), resultou em uma invisibilidade histórica destes atores, seja pelo poder público, seja pela sociedade como um todo, o que acaba isolando ainda mais estas pessoas em espaços de concentração de pobreza e com pouco ou nenhum acesso aos serviços públicos de qualidade.

Assim, de acordo com Teixeira (2015):

pensar a questão dos catadores de materiais recicláveis envolve refletir sobre as dualidades da sociedade contemporânea: ao mesmo tempo que o lixo é um problema que necessita de solução, os catadores, agentes fundamentais na triagem deste lixo, estão à margem de uma sociedade que não lhes oferece oportunidades de inclusão.

Os catadores de materiais recicláveis desenvolvem uma atividade rejeitada socialmente, a qual é fruto da falta de acesso à educação formal de qualidade que possibilite a qualificação profissional, posterior inserção no mercado de trabalho e consequente acesso à renda.

(...)

A fim de garantir um sentimento de pertencimento ao grupo, de aceitação de seu trabalho e de reconhecimento social, faz-se necessário uma gestão associativa que seja pautada em um projeto social e político de transformação, capaz de fazer com que tais sujeitos se percebam e sejam, de fato, forças importantes na construção da sociedade. (Teixeira, 2015, p. 100 e 104)

Por isso, a intervenção do poder público se tornou crucial com o encerramento das atividades do Lixão da Estrutural, de modo a proporcionar a organização do trabalho por meio de incentivo as cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, que atuavam naquele local, aliada à implantação dos CTRs, com o fim de reverter essa situação de exclusão social, resultante da precarização da mão-de-obra informal dessas pessoas.

Cumprido esclarecer que, um importante marco para se tentar reverter essa informalidade foi o reconhecimento da profissão dos Catadores na Classificação Brasileira de Ocupações pela Portaria n.º 397, de 9 de outubro de 2002, do Ministério do Trabalho, sob os Códigos nsº 5.192-05 e 5192-10, que em descrição sumária os apresentam como:

Os trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável são responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança.

Nesse sentido, Benvindo (2010) enaltece que esse reconhecimento é:

Resultado de ações amplas e da própria luta deste segmento de trabalhadores por reconhecimento, o catador histórico, habitante das ruas e dos lixões, passa então de “parte do problema da pobreza” à “parte da solução”, de “Parte do lixo” a “ambientalista histórico”, entre outras nomenclaturas que se incorporam ao termo “catador”, como “agente ambiental” e “reciclador”. Em outras palavras, e a partir destas outras palavras e nomes, ele renasce, agora pertencente a uma categoria de trabalhadores, para o mundo dos direitos. (Benvindo, 2010, p. 12)

Esse reconhecimento, embora não resolva as questões da precariedade e informalidade da mão-de-obra, permitiu a organização dos catadores nesse momento, o que é de grande relevância, isso porque possibilita maior capacidade de mobilização para negociar com o poder público e com outros setores da sociedade, na busca de parcerias e políticas governamentais para sua maior valorização, enquanto categoria profissional, e sujeitos detentores de direitos (Benvindo, 2010).

Esse diagnóstico decorre do fato que muitos desses trabalhadores não têm condições, num primeiro momento, de voltar ao mercado de trabalho formal, em decorrências de fatores relacionados ao baixo nível de escolaridade, a falta de qualificação profissional, baixo acesso aos serviços públicos, elevada faixa etária, além do desemprego que assola o país nos últimos anos.

Situações que acabam por maximizar a condição de pobreza a qual estão expostos, não permitindo a esses indivíduos melhorias de ordem econômica e social, sendo que, muitas vezes, essas decorrem da falta de oportunidade, haja vista que o comum é a falta do Estado nos locais de habitação dessas pessoas, conseqüentemente não há investimentos do governo na área da educação, e principalmente em relação à capacitação profissional.

Assim, observa-se que promover e integrar as ações voltadas à inclusão social e à emancipação econômica dos catadores é de suma importância para a política pública de inclusão desses indivíduos, principalmente, com a execução de convênios e parcerias com o terceiro setor, viabilizando o fortalecimento deles na busca de reintegração ao mundo do trabalho, bem como a realização de ações e políticas públicas relativas à gestão de resíduos sólidos.

Compactuando com esse pensamento Moura, Serrano e Guarnieri (2016) afirmam que:

“[...] faz-se necessária a participação do poder público, fomentando iniciativas de inclusão social e produtiva para as pessoas de baixa renda, para que possam se organizar em associações e cooperativas, o que pode ser feito instituindo-se medidas que venham a implantar espaços de infraestruturas físicas condizentes com a atividade, bem como financiar a compra e a aquisição de equipamentos para que possam agregar mais valor ao produto final. Geram-se melhores condições de trabalho e renda, afastando a figura dos atravessadores e sucateiros a qual hoje estão expostos, promovendo a inclusão social e a emancipação econômica dessas pessoas que exercem a profissão de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis. (Moura, Serrano e Guarnieri, 2016, p. 256)

Portanto, embora o objetivo de fechar o Lixão da Estrutural tenha se concretizado, muitos obstáculos ainda devem ser vencidos pelo poder público do Distrito Federal, uma vez que essa foi apenas uma etapa do processo para garantir que a sociedade em geral tenha plena consciência da importância do correto manejo dos resíduos sólidos, bem como do papel dos catadores nesse processo de reflexão.

2.4 Da dificuldade de incorporação dos catadores ao mercado de trabalho

Os catadores pertencem a uma classe que, ao longo da história, sempre trabalhou em condições desumanas e insalubres, sem garantia de renda, seja atuando na catação como avulsos ou organizados, embora desempenhe uma atividade de grande relevância no cenário econômico e da preservação do meio ambiente. Disso decorre a exclusão social, que acaba por afastá-los do acesso ao emprego formal, o que segundo Siqueira e Moraes (2009):

Em face ao alto índice de desemprego, a estratégia de sobrevivência encontrada pela população de excluídos é "coletar lixo" como forma de obter a renda para o próprio sustento. Ao catar e separar os materiais recicláveis, seja em lixões, em ditos "aterros sanitários" ou ainda em usinas de reciclagem por todo país, o catador constitui atualmente um importante elo do sistema de reciclagem. (Siqueira e Moraes, 2009, p. 2120)

Ademais, de acordo com Silver (1995) citado por Teixeira (2015), ao realizar a análise sobre as categorias consideradas excluídas, inferiu-se que:

De acordo com as categorias por ela elencadas, os catadores de materiais recicláveis poderiam ser incluídos em pelo menos 10 categorias, quais sejam: os desempregados de longo prazo; os empregados em empregos precários e não qualificados; os pobres; os analfabetos, os evadidos da escola; as mulheres; as minorias raciais; os que recebem assistência social; e, ou, os residentes em vizinhanças deterioradas. (Silver, 1995, *apud* Teixeira, 2015, p. 100)

Portanto, proporcionar a esses trabalhadores áreas dignas para abrigar todos os catadores que laboravam no lixão e materiais suficientes, é uma forma do Estado reconhecer a profissão, principalmente no DF, que possui um grande número de catadores dependentes do exercício da atividade, como forma de promover a sua subsistência e de suas famílias.

2.4.1 Dos Centros de Triagens e Resíduos - CTRs

Nesse caminho, o Governo do Distrito Federal, com o fechamento do lixão, tinha como opção para os catadores a sua realocação nos CTRs, que seriam o destino do material da coleta seletiva do DF, esses em quantidade suficiente para suprir a demanda do número de catadores direcionados aos centros que, segundo o SLU, é:

o local para onde são encaminhados os resíduos da coleta seletiva. Este material previamente separado e coletado em residências e comércios será dividido de acordo com a tipologia, para depois ser prensado e, posteriormente, comercializado para as indústrias recicladoras.

A central de triagem é destinada às cooperativas e associações de catadores que hoje trabalham coletando materiais recicláveis no aterro sanitário, órgãos governamentais, e até mesmo, nas quadras residenciais e comerciais do Distrito Federal.

Assim, do conceito dado pelo SLU, tem-se que o local de destino dos catadores são os galpões projetados como um complexo de triagem e reciclagem de materiais derivados da coleta seletiva, locais onde os catadores recebemos resíduos recicláveis ou reaproveitáveis, e os separam manualmente, com auxílio de esteiras e outros equipamentos, conforme o tipo do material.

Ademais, os CTRs possuem a peculiaridade de serem locais cuja prestação de serviços de triagem é realizada por cooperativas ou associações. Em resposta à consulta formulada por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - e-SIC, o SLU informou que, atualmente, são 18 contratos para prestação de serviços de triagem, e 11 contratos para coleta seletiva, totalizando 29 contratos com 23 cooperativas, beneficiando diretamente 1.502 catadores, sendo desse total 603 das 7 cooperativas que atuavam no lixão⁸.

Esse contexto dos CTRs foi verificado em visita ao centro localizado no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte – SAAN, conforme registro fotográfico abaixo, onde observou-se as atividades realizadas pelos catadores: pré-triagem, separação, prensagem e

⁸Fonte: SLU. Despacho SEI-GDF SLU/PRESI/DITEC (18206018).

conferência do lixo seco (plástico, metais, papel e vidro) proveniente da coleta seletiva. A recepção do material é proveniente da coleta seletiva em caminhões, ao final, o material triado é colocado em bags de armazenagem e, após esse processo, os materiais seguem para a etapa de comercialização.

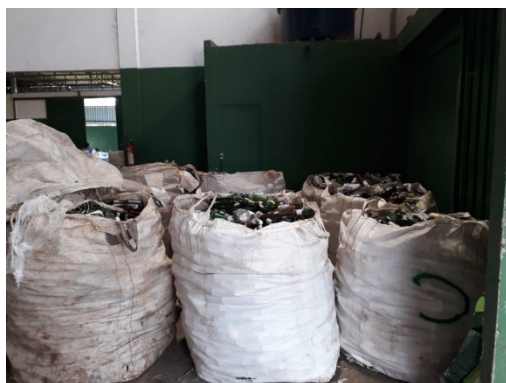


Imagem – 1



Imagem – 2

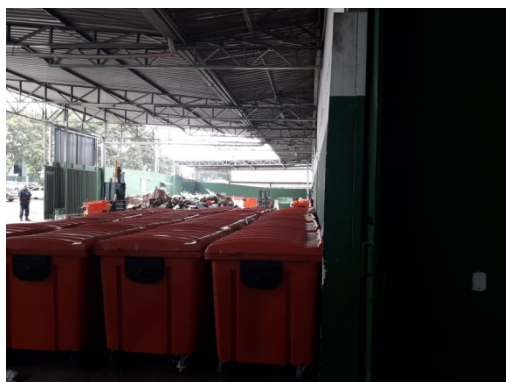


Imagem – 3



Imagem – 4

Do contexto apresentado, observa-se que os galpões possuem uma boa estrutura de apoio aos catadores e aos servidores do SLU: recepção, administração, sala multiuso, refeitório, cozinha, sanitários e vestiários, o que de um ponto de vista geral, são condições mínimas para a realização do trabalho de triagem dos resíduos pelos catadores, inclusive com a disponibilização de segurança patrimonial para garantir a integridade dos galpões.

Logo, os centros são uma ferramenta de grande relevância para o tratamento do lixo, além de possibilitar condições dignas de trabalho e possibilitar a obtenção de renda pelos catadores.

Entretanto, embora criados para atender os catadores do Distrito Federal, os centros possuem dificuldades quanto aos rejeitos recebidos para a triagem, o que, segundo os

catadores em entrevista, são iguais aos que coletavam no maciço do lixão, em razão da falta de coleta seletiva no DF.

2.4.2 Da Coleta Seletiva

A coleta seletiva não é uma novidade quanto a sua necessidade para se ter uma gestão de resíduos sólidos eficiente e um meio ambiente ecologicamente saudável. No Distrito Federal, a coleta é disciplinada em diversos normativos, como a Lei nº 3.517, de 27 de dezembro de 2004⁹, a Lei nº 3.890, de 07 de julho de 2006¹⁰, a Lei nº 4.756, de 14 de fevereiro de 2012¹¹ e a Lei nº 5.418, de 24 de novembro de 2014¹² que, em resumo, normatiza os procedimentos, os critérios referentes à coleta, e a destinação final dos materiais a cooperativas ou associações de catadores.

A coleta seletiva, segundo o SLU, em seu sítio eletrônico¹³, pode ser definida como:

O recolhimento de materiais recicláveis (papel, plástico, metal) que não devem ser misturados ao lixo comum das residências ou local de trabalho. Trata-se de um cuidado dado ao resíduo que começa com a separação dos materiais em orgânicos e inorgânicos, e, em seguida, com a disposição correta para o reaproveitamento e reciclagem.

Igualmente, em seu sítio eletrônico, o SLU¹⁴ lista como os principais benefícios da implantação da coleta seletiva:

- Ambientais:
 - Aumento da vida útil dos aterros sanitários, a partir da diminuição de resíduos que deixarão de ir para estes locais;
 - Aumento do ciclo de vida das matérias-primas de cada resíduo coletado e reaproveitado;
- Sociais:
 - Geração de trabalho e renda aos catadores de materiais recicláveis;
 - Resgate da cidadania dos catadores por meio de sua organização em cooperativas e associações.
- Educacionais:
 - Estímulo à mudança de hábitos e valores no que diz respeito à proteção ambiental, conservação da vida e desenvolvimento sustentável.
- Culturais:
 - Criação de novas práticas de separação dos resíduos, considerando que os materiais recicláveis permeiam por todas as atividades sociais.
- Econômicos:
 - Redução de gastos com aterramento dos resíduos;

⁹Dispõe sobre a coleta seletiva de lixo nos órgãos e entidades do Poder Público, no âmbito do Distrito Federal.

¹⁰Dispõe sobre a coleta seletiva de lixo no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

¹¹Dispõe sobre a obrigatoriedade da prática de coleta seletiva de lixo nas unidades da rede pública e privada de ensino do Distrito Federal.

¹²Dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos e dá outras providências.

¹³Fonte. SLU. Disponível em: <http://www.slu.df.gov.br/coleta-seletiva/>, acesso em 06/04/2019.

¹⁴Op.cit.

– Diminuição de gastos com a limpeza pública;

Embora tenha um gama de benefícios, em consulta ao sítio do SLU, observa-se que atualmente a coleta seletiva é realizada em 17 das 31 regiões administrativas do DF¹⁵, o que vai à contramão de sua importância para a gestão de resíduos sólidos e para os catadores que tem como fonte de renda os materiais advindos da coleta seletiva, uma vez que a separação do lixo na fonte é substancial para se ter uma maior quantidade de materiais com potencial de reciclagem.

No entanto, esse cenário é passível de mudanças, desde que os atores principais estejam engajados na implementação de um programa de educação ambiental, que consiga conscientizar as pessoas de que elas são peças essenciais da coleta seletiva, e essa é um meio de reduzir os problemas de gerenciamento e da disposição inadequada de resíduos, conforme afirma Cavalcanti, Souza e Alves (2011):

A coleta seletiva é apontada como uma saída para reduzir problemas de gerenciamento e da disposição inadequada de resíduos, mas ainda como um fator de geração de renda no município onde a pesquisa foi realizada.

Apesar dos avanços, ressalta-se a necessidade de ampliação do programa de coleta seletiva desenvolvido pela prefeitura municipal, mais investimento na educação ambiental, melhorias na infra-estrutura das associações e um envolvimento maior por parte da população dessa cidade.

(...)

Entretanto, mesmo que popularmente esses resíduos ainda sejam considerados sem valor, cada vez mais a coleta seletiva vem se constituindo em uma alternativa sustentável, ambiental e economicamente, tendo em vista não só a degradação que o descarte inadequado dos resíduos tem gerado no meio ambiente, mas também a renda que milhares de famílias de catadores obtêm com a venda desse material para empresas que trabalham com reciclagem. (Cavalcanti, Souza e Alves, 2011, p. 51)

Neste contexto, a coleta para funcionar como instrumento eficaz da gestão de resíduos sólidos, deve envolver todos os atores – Estados, sociedade civil, os fabricantes, os revendedores e os consumidores – com a participação contínua e direta para se chegar a um novo hábito que permita a redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final adequada do lixo.

Mas para que isso ocorra é necessária uma reeducação ambiental da população, de modo a abarcar todos os espaços da cidade, segundo Trombeta (2012, p. 58), a ocupação dentro da comunidade “é considerado um importante instrumento de sensibilização e conscientização ambiental, tanto para a valorização da água, a preocupação com a questão dos resíduos e propostas de mudanças no cotidiano das pessoas.”.

¹⁵ Id.

Relevante citar a interpretação sobre Educação Ambiental de Rodriguez e Silva, citado por Trombeta (2012),que:

A Educação Ambiental é, também, um elemento decisivo na transição para uma nova fase ecológica, que permita ultrapassar a crise atual, através da qual seja transmitido um novo estilo de vida e que se mudem, profunda e progressivamente, as escalas dos valores e as atitudes dominantes na sociedade atual (Rodriguez e Silva, 2009,apud Trombeta, 2012, p. 58).

Assim, observa-se que uma das formas de enfrentar um dos maiores problemas da gestão de resíduos sólidos e dos CTRs é por meio da educação ambiental de todos, de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

Soma-se a isso o fato de que se estivesse implantada em todas as regiões administrativas no DF de forma eficaz, seria uma grande forma de valorizar e melhorar as condições dos trabalhos dos catadores.

Porém, para transformar a coleta seletiva em ação concreta, é necessário abri-la para efetiva participação da população. O desafio é tirar do papel e implantar em todo o DF. Mas para isso, é crucial o comprometimento da administração pública para que sua operacionalização ocorra nos moldes da PNRS e, claro, da participação e adesão da sociedade local.

Ademais, para o sucesso da coleta seletiva não basta mobilizar no início e operacionalizar as cooperativas e associações de catadores, deve ter uma vigilância contínua da sociedade, e particularmente dos setores comprometidos com a inclusão social dos catadores, pessoas diretamente afetadas pela má prestação do serviço de coleta seletiva. Isso permitirá, no atual panorama, romper inclusive com a máquina de exclusão social e econômica dos catadores, principalmente, porque é sabido que, historicamente, essa parcela da população sempre foi privada de emprego digno e de acessos aos serviços básicos essenciais para uma vida próspera.

Mansano e Oliveira (2012) descrevem em sua abordagem sobre a inclusão social que:

[...] não adianta operacionalizar as cooperativas de catadores,se nas casas, empresas e até escolas não tiver uma conduta sustentável, ou seja, essa conscientização deve partir de toda a coletividade.

Somente através desse processo de conhecimento e, sobretudo, de educação social sobre o que significa ser ambientalmente sustentável e que a lei de resíduos sólidos terá a efetividade que se pretende, não sendo mais uma “letra morta”, como tantas outras existentes. (Mansano e Oliveira, 2012, p. 18)

Logo, um dos grandes desafios para contornar essa situação é fazer com que a sociedade em geral tenha consciência da importância da coleta seletiva e possa exercer o controle social, ferramenta essencial para se ter um correto manejo do lixo, e para isso a educação ambiental é um bom caminho a ser trilhado para superar esse contexto.

Nesse sentido Trombeta (2012), afirma que:

No que se refere à implantação de sistemas de coleta seletiva que tragam em seus objetivos ações educativas, é essencial que haja a participação da sociedade em todas as fases de seu desenvolvimento, onde caberá à população separar os resíduos sólidos e os fornecer, voluntariamente, para os trabalhadores que irão recolhê-los dentro do processo do sistema de coleta seletiva. Dessa forma, os materiais recicláveis constituirão a matéria-prima para estes trabalhadores, que dentro de uma lógica de economia solidária, que tem o ser humano como o principal agente da atividade econômica, estarão organizados em Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs), saindo do circuito informal de trabalho e desenvolvendo atividades em grupo. (Trombeta, 2012, p. 57)

Portanto, a conscientização por meio da Educação ambiental é meio de superar as dificuldades operacionais de se realizar a coleta e, conseqüentemente, o direcionamento dos materiais recicláveis às associações e cooperativas para realizar a separação no CTR, para melhorar as condições de trabalho dos catadores.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A presente pesquisa exploratória utilizou-se da abordagem qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica e aplicação de entrevistas com os catadores que laboram no Centro de Triagem de Resíduos do SAAN.

Segundo Gil (2002), essa forma de pesquisa permite ao autor uma maior proximidade com o problema, de modo a torná-los mais explícito ou a constituir hipóteses:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão" (Selltiz et al., 1967, p. 63). (Gil, 2002, p. 41)

Para tanto, foi elaborado um questionário como roteiro para aplicação na entrevista com a finalidade de extrair qual a realidade socioeconômica e ambiental dos catadores após o fechamento do Lixão da Estrutural.

O questionário foi aplicado a um grupo de 10 catadores que laboram no centro de triagem de resíduos do SAAN no mês de fevereiro de 2019, com um viés ilustrativo, a fim apenas de corroborar o estudo com o ponto de vista dos catadores, ou seja, “é apresentar uma amostra do espectro dos pontos de vista”, (Gaskell, 2002, p. 70).

O local foi definido após consulta ao Serviço de Limpeza Urbana – SLU, responsável pelos Centros e as cooperativas e associações que representam os catadores.

Por fim, solicitou-se junto ao Governo do Distrito Federal informações relacionadas ao programa de fechamento do Lixão, por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - e-SIC.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O ponto de vista dos catadores de materiais recicláveis após o fechamento do lixão

Para se ter uma pequena amostra do ponto de vista dos catadores, foi realizada a aplicação de entrevistas com 10 catadores que laboram no Centro de Triagem de Resíduos localizado na Quadra 2, Lote 650, do Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte (SAAN) Distrito Federal, após tratativas e autorização do SLU.

Nesse tópico, não se objetiva reproduzir as entrevistas realizadas de forma integral, busca-se apenas corroborar o estudo com o ponto de vista de um dos principais atores da política de resíduos sólidos. De modo que, as falas dos catadores em conjunto com a pesquisa bibliográfica formem um todo capaz de responder os objetivos propostos neste trabalho.

Ademais, esclarece que todas as informações coletadas foram tratadas em conjunto, o que torna impossível a identificação pessoal de qualquer respondente, razão pela qual se utilizou a indicação de um numeral para identificação.

As entrevistas foram realizadas com 10 catadores que iniciaram o trabalho no lixão em épocas diferentes, mas que exerceram a catação no lixão em média por 10 anos e 7 meses.

Na sua totalidade, tinham como preocupações: ficar sem local de trabalho; não ter um salário digno e passar por muita necessidade com as famílias, uma vez que a catação no lixão era a única fonte de renda.

Questionados sobre as condições de trabalho e renda dada pelo Governo, após um ano do fechamento do Lixão, os catadores, na sua totalidade, afirmaram que o Estado não garantiu o que tinha prometido, principalmente, quanto à renda, conforme relatado por alguns catadores, confira-se:

[...] tem a dificuldade de chegar lixo no galpão suficiente para manter o salário digno do catador, e o lixo não está chegando, e essa foi a maior preocupação dos catadores, embora o governo tenha dito que teria material suficiente e a renda do catador iria chegar até R\$ 1.300,00, o que até hoje essa renda não adequou a esse valor. (catador 1)

[...], o GDF não cumpriu tudo que ele disse que ia fazer, simplesmente ele pegou os catadores e jogou dentro dos galpões sem instrução nenhuma, se a gente quis ganhar algo melhor foi a gente que correu atrás. (catador – 4)

Com bases nesses depoimentos, os catadores foram questionados se a alternativa do CTRs dada pelo GDF seria o suficiente para manter sua subsistência e de sua família. Em resposta, aduziram, em síntese, que seria necessária a implantação da coleta seletiva de maneira eficiente, para que a renda auferida nos centros fosse suficiente para suas subsistências com dignidade. Confira-se:

[...] O governo deveria fazer uma coleta seletiva e uma educação primeiro em Brasília antes de implantar os centros de triagem, porque não tem coleta seletiva no DF, então não tem material suficiente para manter as cooperativas que saíram do lixão para os centros, então não tem material suficiente e o sustento da família fica muito difícil. (catador 1)

eu não acho que a opção do centro é o suficiente para manter a subsistência da minha família, porque a coleta é muito pouca, e há uma variação na renda. (Catador 3)

A construção dos centros e a vinda para trabalhar aqui não é o suficiente para garantir uma renda razoável, porque se você se esforça você até consegue ganhar uma quantia boa, mas o modelo de cooperativa tem o rateio, o que acaba sobrecarregando alguns cooperados em detrimento de outros, e tem mais, as cooperativas não pegaram todo mundo, tem muita gente rodando pela estrutural e não estão tendo ainda uma fonte de renda. O GDF não ofereceu vagas no centro para todo mundo. (catador 4)

[...] O dinheiro ganhado aqui não é o suficiente, o que tem ajudado é os 300 reais recebidos pela participação na capacitação, aí dá para ir levando porque o emprego está difícil. Se por acaso acabar essa ajuda, minha preocupação é que o dinheiro não vai dar, porque temos que pagar aluguel e sustentar a família. Vamos supor que ganhamos 800 reais, aqui o que ganhamos não chega a um salário mínimo. Inclusive tem as cobranças de impostos muito altas. (catador 7)

Dos depoimentos, observa-se o quanto é importante a coleta seletiva para catadores, porque é dela que provem o lixo que possibilita a essas pessoas atingirem renda digna, que lhes proporcione viver com decência.

Nesse sentido, Mansano e Oliveira (2012) inferem que:

A partir de projetos simples como a coleta seletiva, por exemplo, e que haverá perspectiva para planejar um futuro ambientalmente sustentável, dando condições

sociais de organização e desenvolvimento de modo a incentivar e viabilizar a gestão das cooperativas de catadores. (Mansano e Oliveira, 2012, p. 19)

(...)

Esses catadores participam em um momento chave do processo, por isso e que medidas sujeitas a facilitar e a dar efetividade econômica a estes devem ser colocadas em prática pelo Poder Público, setor empresarial e pela sociedade. (Id. p. 30)

Quanto ao recebimento de algum benefício do Governo do DF, a maioria já recebeu ou recebem: bolsa do agente cidadania; compensação financeira; cesta básica e bolsa capacitação por participarem dos cursos oferecidos pelo Estado.

Assim, do ponto de vista da Assistência Social, a princípio, os resultados alcançados pelas ações de desativação do Lixão da Estrutural foram consistentes com os objetivos iniciais na seara de proteção social, na medida em que Governo: instituiu uma compensação financeira no valor de R\$ 360,00, mensal e pago pelo período de seis meses aos catadores redirecionados para os galpões de triagem, por meio da Lei nº 5.893, de 20 de junho de 2017; direcionou os catadores para realização de cursos na Fábrica Social, que também inclui o pagamento de custo pela participação; inserção dos catadores no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ação que proporcionou a alguns catadores acesso aos benefícios sociais como o do Programa Bolsa Família.

Em relação à capacitação para trabalhar nos centros, dos 10 entrevistados 3 fizeram curso específico para trabalhar no centro e 7 não tiveram nenhuma capacitação. Os que fizeram informaram que o governo ofereceu cursos, mas não eram para a realidade dos catadores que trabalham nos centros.

Quanto às condições mínimas para a realização do trabalho de triagem no CTR, todos afirmaram ter estrutura adequada.

Questionados sobre o que deveria ser melhorado no CTR, os catadores, em sua maioria, ressaltaram a necessidade de se ter uma coleta seletiva adequada para que os resíduos cheguem em quantidade e qualidade melhor para a triagem, vejamos alguns relatos:

Tem a necessidade de educar a população sobre a coleta seletiva como disse para você, hoje em dia chega no galpão só os rejeitos mesmo, 90% rejeito e 10% material de triagem. (catador 1)

O que poderia melhorar nos centros seria em razão da coleta seletiva porque os materiais são muito pouco. (catador 3)

Tem muita coisa a ser melhorada, começando pela coleta seletiva que não existe em Brasília, aqui nos galpões a coleta ocorre do mesmo jeito do lixão, é o mesmo material não tem diferença nenhuma. (catador 4)

Para melhorar o trabalho no centro deve melhorar a coleta, o que melhoraria nossa fonte de renda. (catador 5)

A sociedade tem que ver a gente com um olhar melhor, porque nosso trabalho ajuda a limpar o meio ambiente, veja como o lixo enche os bueiros, e não tem separação do lixo, vem muita porcaria, o que dificulta a triagem, fazendo aumentar o tempo de separação, embora a estrutura do centro seja boa. (catador 6)

Ter um material mais separado, o que melhoraria o trabalho, do jeito que está vindo aí não é possível. (catador 9)

Desse cenário, verifica-se que um dos problemas se dá pelo fato de que a coleta seletiva não está implantada em todo DF, o que acaba por tornar insuficientes os materiais direcionados aos centros para triagem, e dificultando garantir uma renda razoável para o sustento dos catadores.

Situação infelizmente constatada em visita ao CTR do SAAN, as imagens abaixo registradas pelo pesquisador, mostram que o lixo não é selecionado, o que demonstra que a coleta seletiva não é eficiente, embora apontada como uma saída para reduzir os problemas relacionados à disposição inadequada dos resíduos sólidos.



Imagem – 5



Imagem – 6

Diante desse contexto, questionou-se aos catadores se eles tinham satisfação em exercer esse trabalho, e como eles enxergavam a atividade que desempenhavam. Os relatos mostraram que eles se sentem importantes, e reconhecem a profissão igual a qualquer outra, vejamos:

Eu acho uma atividade digna né, porque é uma forma de estar ajudando o meio ambiente e está compartilhando com a cidade. (catador 1)

A atividade que desempenho é muito importante para a sociedade e o meio ambiente. (catador 2)

Bom é um serviço que a gente faz, que nem muitos teriam a coragem de fazer esse serviço, porque mexe com lixo né, mas eu acho bom, é uma profissão importante porque a gente recicla né e somos bastante aprendizado nesta arte. (catador 3)

Eu acho que é uma atividade normal, um serviço como qualquer outro, digno de ser olhado e reconhecido, só que infelizmente nós não somos reconhecidos. (catador 4)

Eu enxergo que é uma profissão digna, importante para a sociedade e o meio ambiente e nossa fonte de renda. (catador 5)

Eu acho que é uma profissão boa, apesar da sociedade não ver a gente com bons olhos, porque trabalha com o lixo, mas lixo dar muito dinheiro, eu acho uma profissão bonita porque estamos limpando o meio ambiente, apesar de alguns riscos, mas eu acho muito bom a profissão. (catador 6)

O trabalho nosso é muito importante pela reciclagem, porque muitas coisas vão para o lixo e a gente recupera o material, para esses voltarem como outros materiais, o que é muito importante. (catador 8)

Esse reconhecimento pelos catadores frente a outras profissões, segundo Benvindo (2010, p. 20, 27) decorre da “percepção de pertencimento deste mesmo indivíduo a uma categoria, aquela composta pelos outros iguais”. De modo que passa a “se ver e ser vista enquanto pertencente a esta categoria” formando ao final um todo, ou seja, “nós”.

E esse “nós” segundo Benvindo (2010, p. 71) “toma uma dimensão existencial estruturante para além do gesto de “catar e vender”, realizado por todos os catadores, e é vivenciado como ato participante da construção do próprio sujeito enquanto tal”.

Entretanto, quando questionados se sentem reconhecidos pelo Governo e pela sociedade, e como acham que a sociedade encara o trabalho desenvolvido, eles corroboram o paradoxo encartado por Medeiros e Macedo (2006, p. 64) denominado de “exclusão por inclusão”, ou seja, ao mesmo tempo em que eles são reconhecidos socialmente pelo trabalho, são marginalizados pela atividade que exercem, tornando-se seres invisíveis para grande parte da sociedade. Confira-se:

Não, não me sinto. Eu acho que a sociedade encara os catadores como um qualquer, porque pelo jeito do rejeito e do lixo que chega dentro dos galpões. Eu acho que a sociedade tem que ter uma educação melhor para separar esses materiais, para quando eles chegarem nos galpões, ter um material triado vindo de uma coleta seletiva mesmo, não com rejeitos da forma que chega. (Catador 1)

O governo reconhece mais ou menos o trabalho que desempenho. A sociedade reconhece mais ou menos o nosso trabalho, entretanto não somos tratados iguais são tratados outros profissionais. (catador 2)

Não, o governo e a sociedade não reconhecem nossa profissão. A sociedade discrimina o catador, porque trabalha com lixo. (Catador 3)

Nós não somos reconhecidos nem pelo governo nem pela sociedade, porque até então fazemos um trabalho muito bom, digno e honesto, principalmente pelo nosso meio ambiente. A sociedade de um modo geral e por cada um ter seu ponto de vista, eu por exemplo acho como participante dela um serviço digno, mas ela não enxerga nossa profissão como enxerga a profissão de professor, por exemplo. Eles enxergam a gente como catador de lixo, só isso, uma profissão menosprezada, como a menor entre todas as categorias. (catador 4)

Eu acho que o governo e a sociedade não reconhecem o nosso trabalho, porque se eles reconhecessem eles melhoravam para nós a coleta seletiva, muitos deles não têm o conhecimento da atividade que fazemos, mas eles não enxergam a nossa profissão como as outras, eles não valorizam, acho muito pouco nossa valorização, é tanto que o povo lá fora não comenta tanto sobre nosso trabalho, o que fazemos. (catador 5)

A sociedade não. Já o governo tá olhando a gente agora. A sociedade tem nojo, quando fala que é um catador eles ficam meio que acuado e também eles não separam o lixo adequadamente, apesar de ter muitas pessoas que catam no lixão e ele mesmo não faz a separação, não tem conscientização. (catador 6)

Pelo governo não. Mas pela a sociedade ao meu redor sim. O povo não reconhece, eles não enxergam não, muitos não. (catador 7)

Não me sinto reconhecido. Eles enxergam os catadores como lixeiro, tem esse preconceito, mesmo trabalhando na cooperativa, o pessoal não vai olhar a gente com um cidadão que trabalha com um serviço digno, como reconhecem as outras profissões. (Catador 8)

Não reconhece, nunca, não dar suporte para os catadores, enxergam como um bando de lixeiro, porque saímos catando lixo, não temos importância nenhuma, isso é alguns, no geral acho que enxerga assim. (catador 9)

O governo não reconhece. A sociedade também não reconhece nossa profissão. Trata a gente diferente das outras profissões. (catador 10)

Logo, percebe-se que esses estigmas decorrem muitas vezes do que o catador 6 disse em sua fala “nojo”, palavra determinante para inclusive definir o trabalho desenvolvido, ou mesmo confundi-los aos próprios objetos descartados no lixo, ou associá-los às pessoas tidas como escórias da sociedade, como os marginais e os mendigos, Carmo (2009, p. 598).

Ademais, esses estigmas associados aos catadores pela sociedade acabaram por levá-los, segundo do Carmo, a serem definidos como uma categoria que, ao trabalharem com o lixo, acabam associados a algo negativo.

O estigma se deve à repugnância ao lixo, visto apenas pelas suas características negativas (semântica negativa) também direcionadas às pessoas que o manuseiam profissionalmente. Por semântica negativa do lixo entende-se o conjunto de conotações ruins atribuídas a esse objeto na cultura ocidental. Essas conotações advêm das características dos resíduos inorgânicos (o odor, a aparência e a decomposição), que interferem no valor da mercadoria seca, apropriada para o reaproveitamento. A semântica do lixo, devido ao estigma, explicaria não só a falta de reconhecimento social do trabalho dos catadores, por parte da sociedade (geradora de resíduo aproveitável), bem como as dificuldades de articulação deles no mercado de recicláveis, em franca expansão. Isto é, ela justificaria a dificuldade de formação

de redes de cooperação e auxílio mútuos entre catadores, compradores, poder público e os próprios geradores. (Carmo, 2009, p. 598)

Os resultados da pesquisa revelaram que a política pública de desativação do Lixão da Estrutural, em parte, alcançou seu objetivo, na medida em que viabilizou o descarte correto do lixo no Aterro Sanitário de Brasília. Entretanto, mostrou-se que um dos maiores problemas dessa política foi a não efetivação da coleta seletiva em todo o DF, e a conscientização da sociedade para sua importância e papel fundamental, tanto para a valorização dos catadores, como para a política de resíduos sólidos.

Igualmente, a pesquisa mostrou que os catadores enxergam com dignidade a profissão que exercem. No entanto, os catadores possuem a consciência de que a sociedade os menospreza pelo simples fato de trabalharem com o lixo. Se a sociedade os visse de forma diferente, os rejeitos chegariam dentro dos galpões separados. “Eles enxergam os catadores como lixeiro, tem esse preconceito, mesmo trabalhando na cooperativa, o pessoal não vai olhar o catador como um cidadão que trabalha com um serviço digno, como reconhecem as outras profissões”.

Assim, a partir da análise do material bibliográfico, da realidade social e econômica dos catadores de materiais recicláveis e das entrevistas realizadas, observa-se que há muito a ser feito quanto à inclusão social e econômica dos catadores, cidadãos ainda estigmatizados pelo preconceito e marginalizados, em razão da profissão que exercem, mesmo após as mudanças significativas como: o seu reconhecimento como agente ambiental para a efetivação da PNRS e a relevância de seu trabalho para economia e o meio ambiente (Moura, Serrano e Guarnieri, 2016).

5 CONCLUSÃO

A pesquisa mostrou que a política pública de desativação do Lixão da Estrutural, em parte, alcançou seu objetivo, na medida em que encerrou a destinação dos resíduos sólidos naquele local, e viabilizou o correto descarte do lixo em local ambientalmente adequado - Aterro Sanitário de Brasília - cumprindo as exigências normativas legais.

Igualmente, quanto à incorporação dos catadores ao mercado de trabalho, o Governo construiu e alugou galpões para o funcionamento dos Centros de Triagem de Resíduos para realocar os catadores que, na época, laboravam no Lixão. Logo, os centros tornaram-se uma ferramenta de grande relevância para o tratamento do lixo, além de possibilitar condições dignas de trabalho e de renda aos catadores. Entretanto, segundo os catadores, as cooperativas não empregaram todos os catadores que trabalhavam no lixão, sendo que muitos ainda estão sem emprego e vivendo de catação nas ruas.

Em relação à capacitação profissional dos catadores, observou-se que, embora o Governo tenha ofertado cursos, esses não alcançaram a participação de todos, e suas ofertas, segundo os catadores, não abarcavam a realidade dos catadores que trabalham no centro. Ressalta-se que a aderência aos cursos inclui o pagamento de custo pela participação no valor de R\$ 300,00 que, segundo os catadores, é o que tem ajudado a atingir a renda mensal necessária para sobrevivência. Ainda assim, não despertou o interesse de alguns, ou não lhes proporcionou a realização da capacitação.

Quanto à concessão de benefícios, verificou-se que esses em sua maioria foram de caráter temporário, porém, o trabalho no centro não possibilita o alcance de salário capaz de pagar as despesas dos catadores, uma vez que o modelo adotado de cooperativa pressupõe o rateio do valor total da comercialização dos materiais e, ainda, o pagamento de impostos, situações que não ocorriam no lixão. Soma-se a isso a insuficiência do material direcionado pela coleta seletiva aos centros para triagem.

Nesse contexto, a pesquisa mostrou o fato de que, se a coleta seletiva fosse efetiva e estivesse implantada em todas as regiões administrativas no DF, para que os resíduos chegassem em melhor quantidade e qualidade para a triagem, aumentaria o retorno financeiro aocatador e a política cumpriria seu objetivo de inclusão econômica dos catadores.

Porém, considerando que a coleta seletiva não é efetiva, e para transformá-la em ação concreta, é necessária a efetiva participação da população por meio da educação ambiental.

Mas para isso, é crucial o comprometimento da administração pública para que sua operacionalização ocorra nos moldes da PNRS, uma vez que não se pode ter uma coleta seletiva improvisada, mas sim, universalizada, de qualidade e mobilizadora da sociedade no que diz respeito ao consumo sustentável.

Para tanto, uma das vias possíveis seria buscar parcerias com terceiro setor e com a mídia local, de modo a incentivar, propor campanhas educativas e divulgar horários e rotas da coleta seletiva.

Isso permitirá, no atual panorama, romper inclusive com a máquina de exclusão social e econômica dos catadores, principalmente, porque é sabido que, historicamente, essa parcela da população sempre foi privada de emprego digno e de acessos aos serviços básicos, essenciais para uma vida decente.

Portanto, pode-se concluir que mesmo atingindo em parte seu objetivo, a política de desativação do lixão, não cumpriu sua finalidade quanto aos catadores, uma vez que a coleta seletiva não é efetiva no Distrito Federal, e conseqüentemente a quantidade de resíduos que chega aos centros não é o suficiente para que os catadores possam ter um retorno financeiro razoável para manter a sua subsistência e de sua família. Assim, percebe-se que há muito a ser feito pelo governo, principalmente, quanto à inclusão social e econômica dos catadores, grupo ainda estigmatizado pelo trabalho que desenvolve.

REFERÊNCIA

Após um mês do fechamento do Lixão, catadores vão às ruas atrás de sustento. Jornal Correio Braziliense. Brasília. 18 de dezembro 2018. Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/02/18/interna_cidadesdf,660543/apos-um-mes-do-fechamento-do-lixao-catadores-vao-as-ruas-atras-de-sus.shtml. Acesso em 06/01/2019.

Bastos, Valéria Pereira. **O lixão de Gramacho e os catadores de materiais recicláveis: território extraordinário do lixo.** *Periferia*, v. 5, n. 2 jul-dez 2012 e v. 5 n. 1 jan-jun 2013.

Benvindo, Aldo Zaiden. **A nomeação no processo de construção do catador como ator econômico e social.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

Biodiversidade Brasileira. Disponível em <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira> acesso em 07/01/2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm acesso em 30/11/2018.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm acesso em 30/11/2018.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm acesso em 30/11/2018.

Câmara Legislativa do Distrito Federal. **Projeto de Lei nº 555/2011.** Disponível em: <http://legislacao.cl.df.gov.br/Legislacao/consultaProposicao-1!555!2011!visualizar.action>. Acesso em 06/03/2019.

Carmo, Scarlet. **A semântica do lixo e o desenvolvimento socioeconômico dos catadores de recicláveis-considerações sobre um estudo de caso múltiplo em cooperativas na cidade do Rio de Janeiro.** Cadernos Ebape. BR, v. 7, n. 4, 2009.

Cavalcanti, C. R.; Souza, F. C. S.; Alves, G. S. **Estudo do gerenciamento da coleta seletiva dos resíduos sólidos no município de Mossoró-RN.** HOLOS, v. 4, 2011.

Correio Braziliense. **Após um mês do fechamento do Lixão, catadores vão às ruas atrás de sustento.** Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/02/18/interna_cidadesdf,660543/apos-um-mes-do-fechamento-do-lixao-catadores-vao-as-ruas-atras-de-sus.shtml. acesso em 15/03/2018.

Da Silva, Gleiciane Rosa; ZANIN, Maria. **Catadores e movimento social: uma pesquisa bibliométrica.** RDBCI: Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf. Campinas, SP v.15 n.1 p. 713 jan./abr. 2017.

De Jesus Galdino, Silvana; MALYSZ, Sandra Terezinha. **Catadores de Materiais Recicláveis e Coletores do Município de Mamborê-Pr: Agentes Fundamentais no**

Processo de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbanos. VII Encontro de Produção Científica e Tecnológica - EPCT. Paraná. Outubro, 2012.

De Medeiros, Luiza Ferreira Rezende et al. **Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?**. Psicologia & Sociedade, v. 18, n. 2, p. 62-71, 2006.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 3.517, de 27 de dezembro de 2004.** Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/51449/Lei_3517_27_12_2004.html. acesso em 15/03/2019.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 3.890, de 07 de julho de 2006.** Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/54654/Lei_3890_07_07_2006.html. acesso em 15/03/2019.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 4.756, de 14 de fevereiro de 2012.** Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/70575/Lei_4756_14_02_2012.html. acesso em 15/03/2019.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 5.418, de 24 de novembro de 2014.** Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/78558/Lei_5418_27_11_2014.pdf. acesso em 15/03/2019.

Do Carmo, Maria Scarlet. **As políticas de estimulação ao trabalho dos catadores no Rio de Janeiro como estratégia oriunda da valorização dos resíduos.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 16, n. 58, 2011.

Elk, Ana Ghislane Henriques Pereira van. **Redução de emissões na disposição final.** Mecanismo de desenvolvimento limpo aplicado a resíduos sólidos. Rio de Janeiro: IBAM, 2007.

Gaskell, G. **Entrevistas individuais e grupais.** In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Eds.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, cap.3. Disponível em: https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/584531/mod_resource/content/2/GASKELL%20%5B2002%5D%20CAP%203%20Entrevistas%20individuais%20e%20grupais.pdf. Acesso em 06/04/2019.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo, Atlas, 2002. Disponível em: http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20-%20como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf, acesso em 06/04/2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em síntese.** Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em 06/04/2019.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Brasil,** Brasília 2013.

Mansano, Josyane; Oliveira, Alessandra Celestino. **Inclusão social e a política nacional de resíduos sólidos.** Revista do Direito Público, v. 7, n. 2, p. 17-40, 2012.

Medeiros, Luísa F. R.; Macedo, Kátia B. **Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?** Revista psicologia & sociedade, n. 18, v. 2, 2006.

Ministério do Meio Ambiente. **Biodiversidade Brasileira**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira>. Acesso em 08/01/2019.

Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/tabua/ConsultasConversao.jsf>. acesso em 20/03/2019

Moura, G. R.; Serrano, A. L. M.; Guarnieri, P. **Análise Socioeconômica dos Catadores de Materiais Recicláveis no Distrito Federal/Socioeconomic Analysis Of Waste Pickers From Distrito Federal, BRAZIL**. HOLOS, v. 32, n. 3, p. 251, 2016, Universidade de Brasília – UnB.

Sabedot, Sydney; Neto, Tiago José Pereira. **Desempenho ambiental dos catadores de materiais recicláveis em Esteio (RS)**. Eng. sanit. ambient, v. 22, n. 1, p. 103-109, 2017.

Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal. **Coleta Seletiva**. Disponível em: <http://www.slu.df.gov.br/coleta-seletiva/> - acesso em 26/03/2019

Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal. **Fechamento do Lixão**. Disponível em: <http://www.slu.df.gov.br/images/PDF/Fechamento%20do%20Lixao.pdf> acesso em 22/01/2018.

Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal. **Final dos Resíduos no Aterro Sanitário de Brasília**. Disponível em http://www.slu.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/plano_transicao.pdf. acesso em 15/12/2018.

Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal. **Plano de Transição entre o Encerramento das Atividades Irregulares do Aterro Controlado do Jockey e a Destinação**. Disponível em: http://www.slu.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/plano_transicao.pdf, acesso em 15/01/2019.

Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal. **Relatório de Atividades. Janeiro a setembro 2018**. Disponível em: <http://www.slu.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/Relat%C3%B3rio-de-Atividades-Janeiro-a-Setembro-%C3%9Altima-Vers%C3%A3o-17.12.2018.pdf>. Acesso em 12/02/2019.

Siqueira, Mônica Maria; Moraes, Maria Silvia de. **Saúde coletiva, resíduos sólidos urbanos e os catadores de lixo**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 14, p. 2115-2122, 2009.

Teixeira, Karla Maria Damiano. **Trabalho e perspectivas na percepção dos catadores de materiais recicláveis**. Psicologia & Sociedade, v. 27, n. 1, 2015. p. 98-105.

Trombeta, Letícia Roberta. **O Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis: Da Precarização à Organização do Trabalho**. PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho, v. 13, n. 1, 2012.

Vida e Mortedo Lixão. Disponível em <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/especial/vida-e-morte-do-lixao/> acesso em 22/01/2018.

APÊNDICES

Apêndice A –Roteiro de Entrevista



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

O ponto de vista dos catadores de materiais recicláveis após o fechamento do lixão.

ENTREVISTAS – CATADORES

1. Quanto tempo você trabalhou na catação no lixão ou nas ruas, antes de trabalhar no centro?
2. Quais eram suas preocupações com o encerramento do Lixão?
3. Passado um ano do fechamento do Lixão, no seu ponto de vista, o GDF garantiu as condições de trabalho e renda?
4. Você acha que a alternativa do Centro de Triagem dada pelo GDF é suficiente para manter sua subsistência e de sua família?
5. O governo lhe proporcionou cursos de capacitação para trabalhar no centro?
6. Os galpões viabilizados pelo Governo possuem condições mínimas para a realização do trabalho de triagem, como sanitários, vestiários, equipe de limpeza, segurança patrimonial, o fornecimento de EPI e alimentação no início e no final do turno?
7. Há algo a ser melhorado na condição de trabalho no Centro de Triagem?
8. Como você enxerga a atividade que desempenha?
9. Você se sente reconhecido pelo Governo e pela sociedade? Como você acha que a sociedade encarra o trabalho desenvolvido por você?
10. Você recebe ou recebeu algum benefício do Governo do DF? Como bolsa família, passe livre, bolsa do agente cidadania, compensação financeira ou cesta básica?
11. O que você planeja para sua vida e de sua família após o início do trabalho no centro?